

# IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE MUNICÍPIOS COM PREDOMINÂNCIA DO AGRONEGÓCIO<sup>1</sup>

Gislene Margaret Avelar Guimarães<sup>2</sup>, Francis Lee Ribeiro<sup>3</sup>, Agustina Rosa Echeverría<sup>4</sup>

**RESUMO** – O processo de modernização das atividades agropecuárias possibilitou a consolidação do agronegócio e transformou as estruturas produtivas rurais. Em municípios onde a base econômica é o agronegócio, a agricultura familiar é vista sob duas perspectivas: a primeira considera que os agricultores podem se inserir de forma autônoma e competitiva no mercado de hortifrutigranjeiros e a segunda que eles precisam subsistir por meio de políticas públicas compensatórias, para que não se tornem excedentes de mão-de-obra nas cidades. O objetivo deste trabalho é demonstrar que a agricultura familiar é viável, mesmo em municípios onde predomina o agronegócio e esta pode ser potencializada pela ação de atores sociais e pesquisadores. O estudo foi realizado no município de Rio Verde - Goiás, considerado um expoente do agronegócio brasileiro, por meio da adaptação da metodologia *Policy Delphi*, com a participação de diferentes atores sociais. Os resultados indicam haver necessidade de organização dos produtores familiares em cooperativas e/ou associações, com apoio político e financeiro do Estado. A agricultura familiar é essencial para o desenvolvimento integrado e sustentável e a valorização dos agricultores familiares é fundamental e estratégica para isto.

Palavras-chave: Agricultura familiar, agronegócio, sustentabilidade.

## **IMPORTANCE OF FAMILY FARMING FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT OF CITIES WITH PREDOMINANCY OF AGRIBUSINESS**

**ABSTRACT** - *The modernization of agricultural activities enabled the consolidation of agribusiness and transformed the rural production structures. In cities where the economic base is agribusiness, family farms is viewed from two perspectives: the first considers that farmers can be inserted independently and competitive in the horticultural and second they need to survive through compensatory public policies, not to become surplus labor in the cities. The objective of this study is to demonstrate that family farming is feasible, even in a city dominated by agribusiness and this may be potentiated by the action of social actors and researchers. The study was conducted in Rio Verde - Goiás, considered an exponent of Brazilian agribusiness through the adaptation of the Policy Delphi methodology, with the participation of different social actors. The results indicate a need for organization of family farmers in cooperatives and/or associations with political and financial support of the state. Family farming is essential for the sustainable and integrated development and enhancement of family farmers is crucial and strategic for this.*

*Keywords: Agribusiness, family agriculture, sustainability.*

---

<sup>1</sup> Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do Programa de Doutorado em Ciências Ambientais da Universidade Federal de Goiás - CIAMB/UFG.

<sup>2</sup> Bióloga e Doutora em Ciências Ambientais. Endereço postal: Rua 257, Quadra 108, Lote 10, Setor Universitário, Goiânia-GO, CEP: 74.510-210; gisleneavelar@brturbo.com.br

<sup>3</sup> Economista e Doutora em Economia; professora da Escola de Agronomia e do Programa de Doutorado em Ciências Ambientais da Universidade Federal de Goiás. francisleerib@gmail.com

<sup>4</sup> Química e Doutora em Educação; professora do Instituto de Química e do Programa de Doutorado em Ciências Ambientais da Universidade Federal de Goiás. agustina@brturbo.com.br

## 1. INTRODUÇÃO

As atividades agropecuárias são a base do desenvolvimento econômico de muitos países da América do Sul, tendo em vista o contexto histórico mundial de divisão internacional do trabalho.

No Brasil, o processo de modernização da agricultura iniciou em meados dos anos sessenta no Sul e no Sudeste, estendendo-se até os anos oitenta em outras regiões, como o Centro-Oeste. Nesse processo, a difusão das tecnologias da Revolução Verde tornou a agricultura dependente da indústria, dos combustíveis fósseis e do monopólio genético das plantas cultivadas; compradora de produtos e produtora de matérias-primas para as indústrias. Tal configuração resulta em um conjunto de atividades produtivas e comerciais interligadas que constituem o agronegócio (Contini, 2001).

No estado de Goiás (GO/Brasil), o agronegócio ganhou forte impulso na década de setenta, quando o Estado brasileiro atuou de forma decisiva na ocupação do Cerrado e na sua incorporação às atividades produtivas. Essas políticas aliadas aos interesses dos produtores locais conduziram a um rápido crescimento econômico do município de Rio Verde, situado no sudoeste do estado.

As atividades agropecuárias do município, originalmente com predomínio da pecuária extensiva, passaram por intensas modificações nos anos de 1970 e de 1980. O uso de corretivos e fertilizantes para o solo possibilitou a expansão da agricultura em terras antes consideradas impróprias pelos agricultores locais. As políticas de incentivo à ocupação do Cerrado, os movimentos migratórios no país e a atuação de produtores do município levaram à rápida consolidação da cultura de soja e das agroindústrias, o que culminou com a instalação da empresa Perdigão em 2000, atualmente *Brasil Foods* (Carmo et al., 2002; Silva, 2002; Rezende, 2003).

Nesse contexto, a agricultura patronal, de larga escala com forte característica exportadora, foi ocupando espaços cada vez maiores, levando a se pensar que a agricultura familiar seria gradativamente eliminada. Entretanto, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Estatística (IBGE), a agricultura familiar persiste em Rio Verde e os agricultores dessa categoria constituem mais da metade dos produtores rurais do município,

apesar de ocuparem uma área inferior a 8% do total das propriedades.

Assim, é preciso indagar sobre as perspectivas da agricultura familiar no município onde predomina a agricultura patronal de larga escala. Como os agricultores familiares podem manter sua atividade, mesmo em áreas restritas, e contribuir para o desenvolvimento do município?

Este trabalho analisou a inserção da agricultura familiar no município de Rio Verde, Goiás, Brasil, considerando o crescimento do agronegócio e a expansão da agricultura patronal de larga escala na região.

## 2. MATERIAL E MÉTODOS

O município de Rio Verde foi escolhido para este estudo pelo seu rápido crescimento econômico e sua representatividade no agronegócio brasileiro, tendo como base a produção de soja em larga escala e, mais recentemente, de aves e suínos e pelo número de agricultores familiares no município.

Foram feitos estudos bibliográficos, pesquisas de campo, coleta de dados nas bases estatísticas brasileiras, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística / IBGE, o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEADATA), a Superintendência de Pesquisa e Informações / (SEPIN-GO) da Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás (SEPLAN-GO).

Com base nos princípios da metodologia *Policy Delphi*, elaborou-se um painel constituído por gestores e representantes de órgãos públicos, empresários, consultores, educadores, pesquisadores, produtores, representantes de sindicatos de trabalhadores e proprietários rurais. O painel foi composto por duas rodadas de entrevistas, a primeira com a participação de dezenove painelistas e a segunda com dez destes. Foram entrevistados ainda, pequenos produtores rurais que vendem seus produtos na Feira de Produtores do município.

## 3. RESULTADOS

### 3.1. Caracterização da região e do contexto de seu desenvolvimento

O município de Rio Verde está situado na microrregião Sudoeste do estado de Goiás, região Centro-Oeste do Brasil (Figura 1).

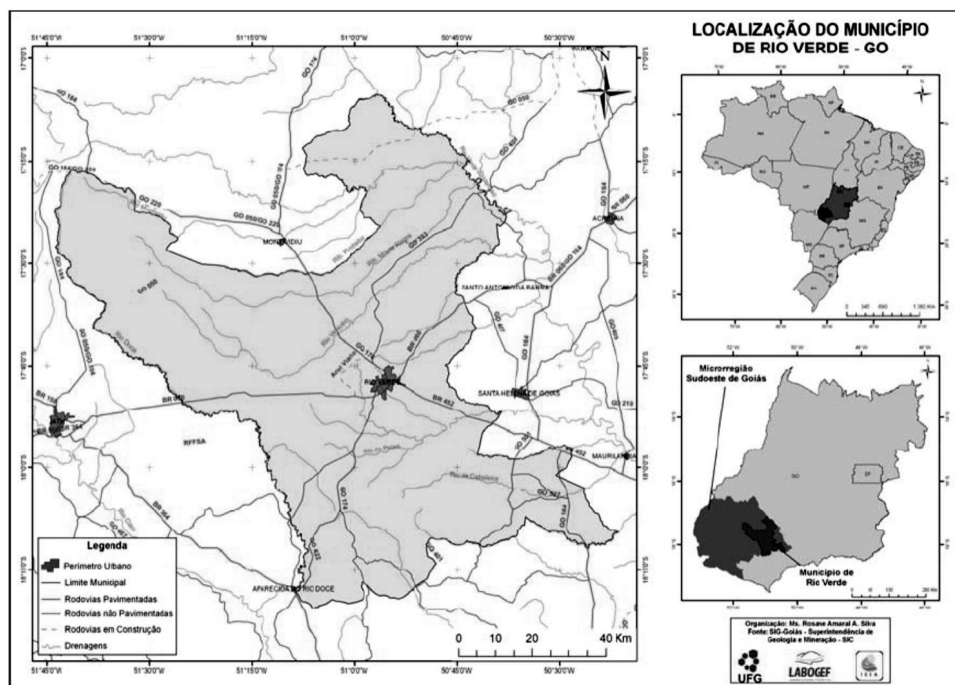


Figura 1 - Localização do município de Rio Verde, Goiás. Fonte: Castro, 2009.

O município possui localização privilegiada, em relação a grandes centros consumidores, e é rota de duas rodovias federais (BR-060 e BR 452) e uma estadual (GO-174), que serve de escoamento da produção para o Porto de São Simão (Hidrovia Paranaíba-Tietê-Paraná).

A população é de 149.382 habitantes, em uma área de 8.388 km<sup>2</sup>, sendo que 91% destes residem na zona urbana (IBGE, 2007). Devido às características favoráveis de relevo, solo e clima, as atividades econômicas sempre estiveram mais fortemente ligadas à agropecuária.

A ação do Estado foi decisiva na ocupação do Cerrado e na sua incorporação às atividades produtivas. O município de Rio Verde foi beneficiado pelo Programa de Desenvolvimento dos Cerrados, instituído em 1975. O programa tinha por objetivo incorporar, num período de quatro anos, cerca de 3,7 milhões de hectares de cerrados à produção agropecuária. Em Goiás, essa incorporação foi de aproximadamente dois milhões de hectares, 42% dos quais na microrregião sudoeste de Goiás (Silva, 2002; Bernardes et al., 2008).

Na década de 70, empresas públicas como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária (EMGOPA)

e o Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados (CPAC) no Distrito Federal, atual Embrapa Cerrados, desempenharam papel importante na adaptação de culturas, especialmente a soja, às condições do Cerrado (Carmo et al., 2002). A Tabela 1 ilustra o incremento na produção e a produtividade de soja em Rio Verde no período de 1970 a 2005.

Tabela 1 - Cultivo de soja em Rio Verde/GO - 1970-2005

Ano	Área colhida(ha)	Produção(t)	Rendimento(kg/ha)
1970	3.713	3.214	865
1975	1.705	2.996	1.757
1980	25.012	38.274	1.530
1985	105.541	230.151	1.860
1990	146.670	184.800	1.256
1995	122.000	231.800	1.900
2000	175.000	507.500	2.900
2005	250.000	675.000	2.700

Fonte: Barreto & Ribeiro (2008).

O aumento tanto na produção quanto na produtividade de soja em Goiás, na década de 90, foi superior ao da região Centro-Oeste e ao restante do país, tornando o estado o quarto maior produtor nacional (Silva, 2002).

Os investimentos tecnológicos conduziram à elevação dos preços da terra - o preço de um hectare na região de Rio Verde teve aumento de 150% em cinco anos - de US\$1.000, em 1995, para no mínimo US\$2.500, em 2001 (Carmo et al., 2002).

A transformação das terras do Cerrado em áreas agricultáveis e a consolidação da cultura da soja na região possibilitaram o incremento da instalação de agroindústrias no município, iniciada pela Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano/COMIGO, na década de 80, com a primeira indústria de esmagamento e processamento de soja do estado de Goiás.

Outras agroindústrias se instalaram no município, culminando com a chegada da Perdigão no final dos anos 90. Dentre outras atividades ligadas à produção de soja e milho, instalou-se grande número de granjas produtoras de suínos e aves. Em aproximadamente uma década, a microrregião Sudoeste de Goiás e o município de Rio Verde passaram por intensas e rápidas modificações, destacando-se como polo nacional do agronegócio.

A relevância e o desempenho de Rio Verde no agronegócio podem ser medidos por vários indicadores,

tais como: participação no PIB estadual, produção agropecuária, empregos e renda, evolução da produtividade, dentre outros. Nas últimas décadas o município experimentou considerável crescimento econômico, como mostra o crescimento do PIB apresentado na Tabela 2.

Em relação ao PIB estadual, ocupa o segundo lugar no valor adicionado da agropecuária (4,3%); o quarto lugar da indústria (6,85%) e o quinto lugar dos serviços (4,06%) (GOIÁS, 2010). Atualmente, o município é considerado a capital do agronegócio do Estado de Goiás e um dos maiores produtores de soja, milho, sorgo, conforme mostra a Tabela 3.

O rebanho bovino é reconhecido pela qualidade e pela tecnologia empregada na produção agropecuária (Silva, 2002). Com a instalação da Perdigão Agroindustrial, atualmente BRF - Brasil Foods, que começou a operar em 2000 no município, houve aumento significativo na produção de aves e suínos. O rebanho de aves aumentou de 424.000 cabeças em 1999 para 12.110.000 em 2008 e o de suínos de 104.000, em 1999, para 404.000 em 2008 (GOIÁS, 2010) (Tabela 4).

Tabela 2 - PIB Goiás e Rio Verde - GO (R\$ - 2000)

	1970	1975	1980	1985	1996	2000	2005	2007
Goiás	4330782	7394995	12917755	15051216	18858330	21665356	32442989	37319082
Rio Verde	171640,6	194539,1	290339,8	509283,3	500670,5	987518,9	1487057	1764895

Fonte: IPEADATA.

Tabela 3 - Produção agrícola de Rio Verde - GO: principais produtos – 2009

Produto	Produção (t)	Participação na produção estadual (%)	Posição no ranking estadual
Soja	735.000	11	1°
Milho	508.000	10	2°
Sorgo	94.500	12	1°
Feijão	16.200	6	3°
Cana-de-açúcar	835.380	2	17°

Fonte: GOIÁS, 2010.

Tabela 4 - Efetivo dos rebanhos de Rio Verde/GO – 2008

Rebanho	Efetivo (cabeças)	Part. no estado (%)	Posição no ranking
Bovino	90.000	31,9	3°
Suíno	404.000	25,4	1°
Avícola	12.110.000	25,4	1°

Fonte: GOIÁS, 2010.

A vinda de novas empresas aumentou a oferta de emprego, atraindo grande contingente populacional. O município destaca-se como polo de migração, apresentando um crescimento populacional de 36% entre 2001 e 2009 (GOIÁS, 2010). Muito desse crescimento se deve à migração em busca de melhores oportunidades. Na Tabela 5 pode-se verificar o crescimento demográfico do município entre 1970 e 2007.

Contudo, o rápido crescimento econômico do município provocou problemas, de degradação, poluição e contaminação do solo, dos recursos hídricos e do ar; relacionados à salubridade dos alimentos e à saúde dos trabalhadores rurais. Trouxe, também, problemas de ordem socioeconômica como a ampliação das desigualdades sociais, a marginalização, o êxodo rural e a expansão urbana desordenada. Nos dois últimos casos, entre 1970 e 2007, a população rural, em números absolutos, sofreu uma redução de mais de 60%, enquanto a população urbana aumentou mais de 500 (Tabela 6).

As indústrias de alta tecnologia e agricultura mecanizada com alta produtividade e capacidade de competição nos mercados internacionais contribuem para o crescimento econômico (Sachs, 2001). No entanto, a agricultura familiar é fundamental para o desenvolvimento integrado e sustentável, e sua valorização e viabilidade produtiva devem ser consideradas como políticas públicas estratégicas (Sachs, 2003).

Sen (2001) considera que as políticas públicas devem priorizar a inserção social e não o assistencialismo. Sachs (1995) afirma que a inserção produtiva da população é o caminho para eliminar a exclusão social.

As políticas assistenciais, por necessárias que sejam, em face da miséria dos desempregados e excluídos, não bastam: mesmo assistido, um excluído continua excluído. Embora não haja como renunciar às políticas de redistribuição de renda, é a repartição inscrita no modo de produção que deve, em primeiro lugar, merecer a nossa atenção (Sachs, 1995, p.35).

A importância da vida produtiva é reafirmada no princípio 1 da Declaração do Rio-92. Sachs (2002) define o direito a uma vida produtiva como critério de sustentabilidade social, por ser um meio de redução das desigualdades e possibilitar a realização de outros direitos. Considera que a maximização das oportunidades de ocupação decentes potencializa o desenvolvimento incluyente. Enfatiza ainda que a inclusão social, por políticas de geração de empregos e auto-empregos, deve ser preferida a políticas sociais compensatórias, por duas razões: a) porque conjuga objetivos econômicos e sociais, contribuindo para o aumento da renda e do bem-estar social e b) porque oferece uma solução permanente, dispensando os financiamentos recorrentes das políticas compensatórias (Sachs, 2005).

A agricultura familiar pode viabilizar a transição para uma agricultura mais sustentável (Romeiro & Veiga, 2001; Darolt, 2000; Silva, 2007), em função da diversificação de culturas, maiores possibilidades de adequação aos ecossistemas locais considerando os conhecimentos dos produtores, formas de produção e uso de tecnologias endógenas, com maior emprego de mão-de-obra. Nesse sentido, a reforma agrária é considerada uma prioridade para o desenvolvimento sustentável.

Tabela 5 - Crescimento demográfico de Rio Verde - 1970-2007

Ano / População					Taxa de Crescimento %			
1970	1980	1991	2000	2007	1970/1980	1980/1991	1991/2000	2000/2007
55.697	74.699	96.309	116.552	149.382	2,98	2,34	2,14	3,61

Fonte: IBGE, Censo Demográfico e Contagem da população.

Tabela 6 - População total, urbana e rural no município de Rio Verde - 1970 a 2007

	1970	1980	1991	1996	2000	2007
População Total	55.697	74.699	96.309	100.586	116.552	149.382
População Rural	28.770	19.158	12.167	9.988	10.473	10.757
População Urbana	26.927	55.541	84.142	90.598	106.079	138.625

Fonte: IBGE, Censos demográficos e Contagem da população.

Entre 1986 e 2000, o INCRA desapropriou cerca de 70.000 hectares com capacidade para o assentamento de 1824 famílias (dados do IPEA). No entanto, faz-se necessário que para o assentamento das famílias sejam garantidas condições de produtividade e permanência no campo com qualidade de vida. Uma das críticas às políticas de reforma agrária no país é seu caráter compensatório (Sachs, 2003; Veiga, 2001).

Muitas famílias são assentadas em áreas de preservação permanente, o que limita a produção de alimentos por aquelas. Alguns projetos, como em Minas Gerais, preveem uma renda para esses agricultores pela manutenção dessas áreas.

Guanziroli et al. (2001) estabelecem os fatores determinantes para o sucesso ou o fracasso dos assentamentos da reforma agrária. Do ponto de vista social, o grau de instrução influencia o desenvolvimento de projetos, especialmente os que envolvem o uso de tecnologias mais avançadas; infraestrutura e serviços sociais, como moradia, acesso a saúde, educação, saneamento, energia, água tratada e, por último, a organização política e as relações institucionais, uma vez que induz a um “maior poder representativo e reivindicativo, melhorando a situação de infraestrutura básica e de serviços sociais”. Do ponto de vista econômico, os fatores determinantes seriam sua estrutura produtiva, o mercado consumidor e o acesso ao crédito. Do ponto de vista ambiental, os autores destacam a assistência técnica, para melhor gerenciamento da unidade produtiva, o uso adequado das tecnologias disponíveis e melhor aproveitamento das vantagens comparativas.

### 3.2. Desafios e perspectivas da agricultura familiar no contexto do agronegócio em Rio Verde

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a agricultura familiar é responsável pelo

fornecimento de cerca de 70% dos alimentos consumidos diariamente no Brasil. A agricultura familiar representa mais de 80% dos estabelecimentos agropecuários do país, contudo, a área ocupada possui proporção inversa (Tabela 7).

Em Rio Verde, contrariamente ao que se espera de um município exportador, caracterizado pela agricultura patronal de larga escala, existe espaço para a agricultura familiar, embora seja evidente a necessidade de maior organização e articulação política desse segmento (Guimarães, 2010).

Uma pesquisa realizada pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2008), sobre a agricultura familiar no município, num universo de 355 famílias (170 de assentados e 165 de agricultores familiares tradicionais - Consideram-se “assentados” os agricultores sem terra que foram contemplados com a aquisição de áreas da reforma agrária, e agricultores familiares tradicionais aqueles que compraram, adquiriram por tempo de posse ou herdaram as terras onde vivem e trabalham) possibilita traçar um perfil geral desses agricultores, já que a amostra abrangeu todos os nove assentamentos existentes no município e mais de 10% das propriedades rurais. Os assentamentos pesquisados estão relacionados na Tabela 8.

De acordo com os dados da CONAB (2008), em geral, a maioria das famílias (mais de 70%) são compostas por até quatro pessoas, seja nos assentamentos ou nas propriedades tradicionais. Estas últimas resultam da partilha de terras entre herdeiros, o que condiz com o fato de mais de 50% dos agricultores residirem na propriedade há mais de doze anos. Entre as famílias dos assentamentos, o tempo de residência da maioria coincide com a criação dos mesmos, o que corresponde, em média, de sete a nove anos.

Tabela 7 - Número de estabelecimentos e área da agricultura familiar em 2006: Brasil, estado de Goiás e município de Rio Verde, Goiás

Nível territorial	Total de Estabelecimentos Agropecuários		Estabelecimentos Agricultura familiar Lei nº 11.326			
	Número	Área (ha)	Número	%	Área (ha)	%
Brasil	5.175.489	329.941.393	4.367.902	84,40	80.250.453	24,32
Goiás	135.683	25.683.548	88.436	65,18	3.329.630	12,96
Rio Verde	2.289	580.808	1.315	57,45	45.409	7,82

Fonte: BRASIL, IBGE - Censo Agropecuário 2006.

Tabela 8 - Assentamentos da Reforma Agrária em Rio Verde/GO

Assentamentos	Número de famílias assentadas
1. Água Bonita	16
2. Fortaleza II	16
3. Pontal dos Buritis	105
4. Ponte de Pedra	60
5. Rio Doce	14
6. Rio Verdinho	27
7. Vainópolis	36
8. Vale do Cedro	25
9. Vale do Sonho	25
<b>Total de famílias</b>	<b>324</b>

Fonte: CONAB, 2008.

A faixa etária predominante dos membros das famílias está entre 31 e 50 anos nos assentamentos, com cerca de 43% dos assentados nessa faixa. Na agricultura familiar tradicional a distribuição das faixas etárias dos membros das famílias é mais homogênia, em torno de 27% para as faixas 16 a 30 anos, 31 a 50 e 51 a 70. Destaca-se a presença de jovens nessas propriedades, o que pode ser um sinal de permanência dessas famílias na atividade.

Conforme os critérios definidos para a caracterização dos produtores rurais, as propriedades contam com o trabalho dos próprios membros da família e na maioria delas, tanto nos assentamentos como nas propriedades tradicionais, de 2 a 3 pessoas realizam esse trabalho.

A produção para comercialização é diversificada nas propriedades, mas com predomínio para a produção de leite, incluindo pequeno percentual de agricultores que cria aves, produz soja, milho, mandioca e maracujá.

A área das propriedades é também diversificada, como apresenta a Tabela 9.

A renda dessas famílias gira em torno de 1 a 3 salários mínimos (em 2007, correspondente a R\$ 380,00, em 2010, a R\$ 510,00). Os pesquisadores da CONAB ressaltam o valor relativo dessa renda em comparação com os custos de vida na área rural e na área urbana,

entretanto, é preciso considerar o trabalho e o tempo despendido pelos agricultores para a obtenção dessa renda. Por outro lado, esse rendimento evidencia as dificuldades enfrentadas pelos agricultores em relação à produção e à comercialização, e conforme dados da pesquisa, à descapitalização.

É importante observar, nos dados coletados pela CONAB (2008) que entre os agricultores familiares dos assentamentos, 83% fazem uso de sementes e adubos químicos, utilizados por 100% dos agricultores familiares tradicionais. Percebe-se aí uma influência do entorno, considerando as características da agricultura patronal, predominante no município. Esse fato vai de encontro à valorização atual do mercado de produtos orgânicos, o que aponta para a falta de assistência técnica aos produtores. Essa falta de assistência é confirmada pelos dados da CONAB (2008): Apenas 14% dos produtores dos assentamentos pesquisados afirmaram ter assistência técnica frequente e, entre os agricultores familiares tradicionais, esse percentual é ainda menor, 4%.

Em visita à Feira dos Produtores de Rio Verde, no ano de 2010, com o objetivo de obter informações sobre a realidade dos pequenos produtores do município, pudemos perceber as dificuldades enfrentadas tanto para a produção quanto para a comercialização de seus produtos, o grande déficit de informações e a carência de assistência técnica. Excetuando um produtor, entre os seis que se dispuseram a fornecer informações, os demais demonstraram desconhecimento dos programas de governo que poderiam auxiliá-los. Em relação ao crédito rural, ficou evidente a desconfiança e o receio de que seja mais uma forma de piorar sua situação, pela contração de dívidas que não conseguirão pagar. É importante salientar que muitos produtos de hortifrutigranjeiros comercializados nessa feira vêm de outras cidades, inclusive da Central de Abastecimento/CEASA de Goiânia, capital do estado, principalmente frutas, mas também hortaliças, o que indica espaços a serem ocupados pelos produtores locais, diminuindo

Tabela 9 - Área de propriedades familiares de Rio Verde (pesquisa da CONAB em 2007)

Propriedades familiares	Propriedades pesquisadas (no.)	Área (ha)				
		1 a 5	6 a 15	16 a 25	26 a 50	> 50
Assentamentos	170	0,60%	0,00%	49,40%	50,00%	---
Propriedades Tradicionais	165	10,91%	18,79%	16,36%	28,48%	25,45%

Fonte: CONAB, 2008.

custos econômicos, sociais e ambientais, relacionados aos custos de transporte e combustíveis, à ocupação de espaços produtivos, emprego de mão-de-obra, dentre outros.

Em Rio Verde, existem programas específicos e instituições que apoiam os agricultores familiares, como a Companhia Nacional de Abastecimento / CONAB, que coordena programas do Governo Federal (Programa Nacional de Alimentação Escolar / PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar / PAA) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais que busca criar uma cooperativa de produção e consolidar a cooperativa de crédito já existente. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Ambiental de Rio Verde está promovendo parcerias para apoiar esse segmento e construir uma central de distribuição dos produtos originários da agricultura familiar. A EMATER está sendo reativada e será importante na assistência técnica a esses produtores.

No entanto, os programas governamentais atuais, apesar de importantes, têm intervenção limitada, ajudam, mas não alteram de forma significativa a situação do agricultor familiar. Conforme informações obtidas junto à CONAB em Rio Verde, o teto máximo de comercialização do PAA é de R\$ 4.500,00 /ano /por produtor, que poderá ser comercializado em um período de quatro a seis meses, sendo necessária a Declaração de Aptidão / DAP ao PRONAF, a vinculação a uma cooperativa de base familiar ou a uma associação (Para as Cooperativas, é retido no ato do pagamento 1,2% do valor bruto do projeto referente ao Imposto de Renda; no caso das associações esse valor é de 5,85% a título de recolhimento dos tributos federais (PIS, COFINS e IR). O valor total do projeto é depositado na conta bancária da entidade e liberado em partes conforme as entregas dos alimentos comercializados nas entidades receptoras (creches, escolas, abrigos etc.)). Por outro lado, crescem as exigências em relação aos produtos e aos processos de produção. No caso de produção de alimentos artesanais ou caseiros (doces, bolos, pamonhas, etc), por exemplo, são necessários: que a cozinha seja construída em determinado padrão, e o uso de roupas adequadas e utensílios em bom estado de conservação. Sem dúvida, esses são cuidados de higiene imprescindíveis, mas que fazem aumentar os custos de produção e, além disso, exigem um investimento inicial difícil de ser realizado, mesmo que o projeto alcance o teto máximo estipulado. No

caso dos assentamentos existentes no município, parte desse problema pode ser contornada, pois eles são equipados com espaços comunitários que possuem ampla cozinha, que podem ser utilizados em projetos coletivos dos assentados, mas, mesmo assim, os custos com equipamentos, vestuário e utensílios são consideráveis para o limite máximo de recurso estipulado.

O PNAE é outra forma de abrir espaços para a comercialização da produção desses agricultores, uma vez que estabelece que 30% dos recursos da merenda escolar devem ser destinados à aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar. A complementação desses programas pode minimizar as dificuldades enfrentadas pelos agricultores e melhorar suas condições de vida, mas por si só não resolverá a situação da agricultura familiar, seja em assentamentos, seja nas propriedades familiares tradicionais.

Conforme dados obtidos em pesquisa de campo, utilizando uma adaptação da Técnica *Policy Delphi*, a agricultura familiar é considerada sob três pontos de vista distintos:

**POSIÇÃO I:** Os produtores familiares podem se inserir no mercado como empresários rurais no setor de hortifrutigranjeiros, na produção de doces, de quitandas ou na produção de leite e derivados. O município importa muitos produtos da alimentação diária e esse é um mercado que pode ser ocupado pela agricultura familiar.

**POSIÇÃO II:** A agricultura familiar tem espaço no agronegócio do município, inclusive na produção de soja, para o mercado interno ou externo, ou para produção de biodiesel, dentro do programa do governo federal. Isto é possível, pois uma parte dos agricultores familiares é tecnicizada, bem equipada e preparada.

**POSIÇÃO III:** A agricultura familiar não tem chance de inserção no mercado, mas precisa subsistir com recursos governamentais e políticas compensatórias, para que o êxodo rural não amplie os problemas urbanos no município, como infraestrutura, desemprego e marginalidade, tornando mais caros os investimentos públicos.

Um espaço de inserção indicado para o produtor familiar é o mercado de hortifrutigranjeiros, uma vez que a cidade importa produtos dessa natureza.



Para o grupo, as chances de inserção na produção de soja são mínimas, uma vez que o lucro é muito baixo, e requer produção em escala o que não é possível em áreas pequenas. Além disso, são necessários investimentos muito altos em maquinário e insumos.

No entanto, alguns integrantes do grupo afirmam que existem produtores familiares que são produtores de soja, como indicado também pelos dados da CONAB (2008) e do IBGE (Censo Agropecuário, 2006). A hipótese é de que alguns agricultores familiares, que se dedicam ao plantio de soja, têm apenas parte da área de produção registrada em seu nome, a outra parte é arrendada ou trabalhada conjuntamente com parentes ou outras famílias, no caso dos assentamentos. Isso implicaria no atendimento aos critérios da agricultura familiar (BRASIL, lei nº 11.326/2006) e na obtenção de créditos destinados a essa categoria, porém com área suficiente para a produção em escala, o que possibilita sua inserção no mercado de soja. A tendência de redistribuição da terra em função das partilhas entre filhos e netos, com diminuição do tamanho das propriedades, mas com perspectivas de continuidade do trabalho em conjunto, reafirma essa hipótese.

Alguns painelistas explicitaram a preocupação em manter os agricultores familiares no campo, alegando que eles vêm para a cidade, não conseguem emprego decente, pois não têm o nível de escolaridade exigido pelo mercado (mínimo nível médio e/ou técnico) e por isso tornam-se mais um contingente urbano, requerendo maiores investimentos em moradia, saneamento, assistência social do poder público. Verifica-se, assim, um conceito equivocado sobre a agricultura familiar e a atribuição de um estereótipo aos agricultores familiares.

Em sua maioria, os painelistas reafirmam que o caminho mais viável para a agricultura familiar em Rio Verde é sua inserção no mercado de hortifrutigranjeiros

e outros produtos alimentares, visto que nenhum deles manifestou discordância dessa posição. A possibilidade de inserção na produção de soja também não é descartada, de acordo com o que foi exposto anteriormente. Uma das possibilidades para os agricultores familiares que plantam soja é sua destinação para a produção de biodiesel, dentro do programa do governo federal. A Tabela 10 apresenta os números relativos à produção de soja em Rio Verde pelos agricultores familiares e não familiares.

Considerando que os estabelecimentos de agricultura familiar somavam 1315, em 2006, aproximadamente 9% deles se dedicavam à produção de soja, mas isto representava 2% da produção. A proporção de estabelecimentos não familiares no cultivo de soja era de 35% (Tabela 9). Um número menor de grandes produtores reduz os custos de logística, enquanto a integração de pequenos produtores implica em maiores custos de supervisão (Carmo et al., 2002). Além disso, do ponto de vista do produtor, para se integrar a grandes empresas é preciso ser capitalizado, em função dos investimentos necessários que, no final dos anos 90, giravam em torno de R\$700.000,00. Mesmo considerando as políticas de financiamento, esse seria um obstáculo para a integração dos agricultores familiares, além de exigir maior nível de integração e profissionalização dos produtores rurais (Carmo et al., 2002).

Segundo informações obtidas no município, condizentes com os dados da CONAB, a maior parte dos agricultores familiares trabalha na pecuária leiteira e são responsáveis por grande parte dessa produção, porém existem muitas dificuldades na comercialização e na garantia de preços melhores junto às indústrias de laticínios. Os dados apresentados na Tabela 11 confirmam a importância da agricultura familiar na produção municipal de leite, com participação em torno de 40%.

Tabela 10 - Produção de soja em grão em Rio Verde-GO: Agricultura familiar e não familiar/2006

	Estabelecimentos Produtores(unid)	Quantidade produzida (Kg)	Área (ha)	Participação na produção (%)	Rendimento (kg/ha)
Agricultura familiar	123	13.178.921	5.610	1,98	2.349,184
Agricultura não familiar	349	651.641.786	221.716	98,02	2.939,083
Total	472	664.820.707	227.326	100	2.924,526

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.

Tabela 11 - Rio Verde/GO - Produção de leite (vaca) - agricultura familiar - 2006

	Estabelecimentos agropecuários (unid.)	Quantidade produzida (litros)	Percentual da produção (%)	Valor da produção (reais)	Percentual do valor/ prod.(%)
Agricultura familiar	798	19.974.325	40,54	8.451.083	38,33
Agricultura não familiar	470	29.300.575	59,46	13.597.942	61,67
Total	1.268	49.274.900	100	22.049.025	100

Fonte: IBGE, Censo agropecuário 2006.

#### 4. CONCLUSÕES

O estudo realizado permite afirmar que:

- Agricultura familiar é um elemento necessário, embora não exclusivo, para o desenvolvimento econômico mais sustentável de um município.
- Há espaço para a agricultura familiar em municípios onde o agronegócio predomina e a produtividade desses agricultores não é muito menor do que a dos demais agricultores.
- Os produtores familiares podem atuar de forma significativa na economia do município, atendendo principalmente à demanda de produtos da alimentação diária, mas isso depende do apoio e da implementação de políticas públicas do próprio município.
- Os programas governamentais atuais, apesar de importantes, têm intervenção limitada, pois não alteram de forma significativa a situação do pequeno produtor.
- As exigências e as regulamentações sanitárias e ambientais requerem maior tecnificação e investimento de capital e isto dificulta a adaptação dos agricultores familiares à este contexto
- A valorização dos agricultores familiares de Rio Verde é uma importante estratégia para o desenvolvimento do município e não deve ser vista como política compensatória.

#### 5. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (org.). **Reconstruindo a agricultura: idéias na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável**. 2.ed. Porto Alegre: Editora Universidade / UFRGS, 1998. p.253-288.

ALVES, A.O. A demanda ambiental pela água e o avanço da agricultura no município de Rio Verde-GO. III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira. **Anais...** Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005.

CARMO, R.L.; GUIMARÃES, E.; AZEVEDO, A.M.M. Agroindústria, população e ambiente no sudoeste de Goiás. **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Ouro Preto (MG), 2002.

CONTINI, E. **Dinamismo do agronegócio brasileiro**. Agronline.com.br, 2001. Disponível em: <http://www.agronline.com.br/artigos/artigo.php?id=7> (Acessado em 20 de fevereiro de 2010).

EHLERS, E.M. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2.ed. Guaíba: Agropecuária, 1999.

FERREIRA, I.C.B. Ceres e Rio Verde: dois momentos no processo de expansão da fronteira agrícola. In: AUBERTIN, C. (org.). **Fronteiras**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Paris, ORSTOM, 1988.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980**. São Paulo: Hucitec, 1997.

GUANZIROLI, C. et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

KAGEYAMA, A. (coord.) et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: WALTER, B. et al. **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: Série IPEA, n.127, p.113-222, 1990.

REZENDE, G.C. Ocupação agrícola, estrutura agrária e mercado de trabalho rural no cerrado: o papel do preço da terra, dos recursos naturais e das políticas públicas. In: HELFAND, S.M.; REZENDE, G.C. (orgs.) **Região e espaço no desenvolvimento agrícola brasileiro**. Rio de Janeiro: IPEA, 2003. p.173-212.

ROMEIRO, A.R. Agricultura e agroindústria: perspectivas de novas configurações. **Revista de Economia Política**, v.14, n.3, p.55, jul.-set., 1994.

ROMEIRO, A.R.; ABRANTES, F.J. Meio ambiente e modernização agrícola. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 43, n.1, p.3-45, jan.-mar., 1981.

SACHS, I. Brasil rural: da redescoberta à invenção. **Estudos avançados**, São Paulo, v.15, n.43, set./dez., 2001.

SACHS, I. Desenvolvimento numa economia mundial liberalizada e globalizante: um desafio impossível? **Estudos Avançados**, São Paulo, v.11, n.30, p.213-242, ago., 1997.

SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo, Vértice, 1986.

SACHS, I. Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. **Estudos avançados**, São Paulo, v.9, n.25, p.29-63, set./dez., 1995.

SEPLAN. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br>> (Acessado em 1º de julho de 2009).

SICHE, R. et al. Índices versus indicadores: precisões conceituais na discussão da sustentabilidade de países. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v.10 n.2, jul./dez., 2007.

SILVA A.R.P. Pólo regional ou cluster: o caso do município de Rio Verde, Goiás - Brasil. **Caminhos de Geografia**, v.5, n.13, p.41-55, out., 2004. Disponível em: <[http://www.ig.uf.br/caminhos\\_de\\_geografia.html](http://www.ig.uf.br/caminhos_de_geografia.html)> (Acessado em 23 de março de 2007).

SILVA, E.R. **A economia goiana no contexto nacional: 1970-2000**. Dissertação (mestrado em economia), Universidade de Campinas, 2002. 187p.

SILVA, J.G. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VEIGA, J.E. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, n.43, p.101-119, set./dez., 2001.

VEIGA, J.E. Problemas da transição à agricultura sustentável. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.24, p.9-29, 1994.